



As Associações e os Sindicatos de Trabalhadores Urbanos e os movimentos grevistas na Manaus da “Estagnação” (1945-1967)

*Pedro Marcos Mansour Andes**

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar o processo de atuação das principais Associações e Sindicatos de trabalhadores urbanos e a organização dos principais movimentos paredistas realizados em Manaus durante o período denominado pela Historiografia Tradicional de Democracia Populista e o início da Ditadura Militar no Brasil (1945 – 1967), este período em Manaus coincide com o final do último suspiro da economia gomífera após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e os acordos de Washington, que recolocam a borracha amazônica no mercado mundial devido a invasão japonesa da Malásia, porém com o fim da guerra em 1945 a borracha amazônica volta a situação de ostracismo mundial. O ano de 1967, o último ano do nosso recorte, é marcado pela criação e instalação do Projeto Zona Franca e Distrito Industrial de Manaus. Para a historiografia tradicional amazonense no período do nosso recorte que vai de 1945 a 1967, a cidade e a região passam por um período “estagnação” econômica.

Nesse sentido trazer para o debate historiográfico a atuação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores urbanos de Manaus em um período tão conturbado da história nacional, é de fundamental importância para o processo de construção da história republicana do século XX em nossa cidade, tendo em vista que a História do Amazonas e da Amazônia ainda apresentar várias lacunas que precisam ser preenchidas com novas pesquisas, principalmente dando voz aos esquecidos, aos calados, aos negligenciados pela história oficial. Compreender a organização e a atuação dessas organizações de trabalhadores urbanos em Manaus, destacar suas demandas sociais, suas bandeiras de luta, entender suas disputas, os rachas entre essas associações e sindicatos no início dos anos 1960 e sua atuação no mundo do trabalho num período de ampliação e consolidação da ideologia Trabalhista Varguista com a ação da CLT de 1943, além de compreender as disputas ideológicas do trabalhismo varguista com os ideais socialistas e comunistas em uma cidade que deixou de ser a Paris dos Trópicos e se torna nesse período na visão dos memorialistas uma cidade provinciana e em profunda crise econômica.

É importante destacarmos as nossas principais fontes analisadas para construção desse pequeno artigo: as obras dos memorialistas da cidade de Manaus, Thiago de Mello (*Manaus – Amor e Memória*), Moacir Andrade (*Manaus: Ruas, fachadas e varandas*) e Jefferson Peres (*Evocação de Manaus: como a vi ou sonhei*), nessas três obras da literatura de memória de Manaus encontramos várias indicações sobre a cidade e, principalmente, sobre o mundo do trabalho e os trabalhadores urbanos de Manaus no período de 1945-1967. Outras fontes analisadas foram os jornais que circulavam na cidade durante o referido período, optamos em analisar o Jornal do Comércio, o Jornal da Tarde, o Jornal, o Jornal Acrítica e alguns periódicos menores que circulam em Manaus, além da análise de alguns estatutos dessas Associações e Sindicatos de Trabalhadores Urbanos de Manaus.

1 – A Organização e luta do operariado no Brasil e em Manaus (1945-1967)

O período analisado por nós no contexto nacional traz dois eventos que marcam as transformações econômicas e sociais no Brasil, que vão ser de fundamental importância para a mudanças radicais no mundo do trabalho nacional, principalmente na região sudeste e sul, no final da ditadura varguista foi inaugurada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e durante o governo JK nos anos 1950 as indústrias automobilísticas se instalam no país. Esses dois acontecimentos marcam a consolidação do modelo industrial no Brasil, porém, esse modelo se limita ao sudeste, aí surgem as perguntas, que indústria tinha em Manaus antes da instalação do modelo Zona Franca e Distrito Industrial de Manaus? Qual era a tipologia de trabalhadores urbanos de Manaus durante o nosso recorte?

Bem, antes de respondermos as duas questões finais do parágrafo anterior devemos compreender o contexto nacional do mundo do trabalho. O período estudado tem como marco inicial o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Era Vargas no país. Dentro desse contexto Negro e Silva (2004) afirmam:

Entre uma Assembleia e outra (agosto de 1945 e março de 1946), o país trocava de presidente: Dutra se elege a após a deposição de Vargas. Marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quanto da ditadura do Estado Novo, o período de redemocratização (1945-1947) se abria para os trabalhadores com esperança de justiça e liberdade. Esperança de justiça não era o mesmo que esperar justiça. A volta a democracia implicava na invenção de direitos, que por sua vez implicava exigência de seu cumprimento, que dependia da organização e participação dos trabalhadores.¹

Nesse contexto podemos destacar a situação da classe trabalhadora no Brasil, conforme D'Araújo (2003), os anos 1930 marcam o início de uma política e institucional no mundo do trabalho, agora o Estado é o regulamentador e o controlador das relações entre capital e trabalho. E essa novidade ficou intimamente ligada a toda produção de políticas sociais do estado brasileiro. É durante esse período que o governo brasileiro será mais interventor no campo econômico e mais centralizador politicamente, tomando uma conformação autoritária.

Durante a chamada “Era Vargas”, a novidade mais significativa foi à proposta difundida nos discursos dos dirigentes da época de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, regulamentada pelo Estado que seria o regulador e protetor, apresentando-se como inventor da Legislação Social.²

A legislação social desse período, segundo Mattos (2003), era composta por quatro núcleos:

- a) a legislação previdenciária, generalizada as primeiras experiências dos anos 1920 com as Caixas de Aposentadorias e Pensões, mais tarde chamadas de Institutos, que, com contribuições do estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc.; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categorias e região [...] a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que

* Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM e bolsista da CAPES.

¹ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964).” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003, p. 57.

² MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, Coleção Descobrimdo o Brasil, p. 11.

instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista.³

Vale ressaltar, que o modelo doutrinário adotado pelo Vargasismo, nesse período, para inspirar o sindicalismo brasileiro, é o corporativismo. Para os representantes dessa corrente o capitalismo era visto como produtor de desigualdades e formador de conflitos e lutas entre as classes sociais. O socialismo era entendido como um falso criador de igualdades, pois, a ditadura do proletariado era entendida como uma solução equivocada, por que criaria novas formas de opressão e desigualdades, gerando com isso, novos conflitos sociais.

Dentro desse contexto, conforme D'Araújo (2003) afirma, a proposta corporativista visava manter as hierarquias, diminuir as desigualdades sociais, evitar o conflito e banir a luta de classes, gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz social. Porém, para que isso ocorresse, o Estado deveria possuir mais poderes, ou seja, centralização política através de um golpe.

A relação entre trabalhadores e o Estado durante o governo Vargas viveu várias fases. A primeira delas foi, no período que compreende 1930-1934, este momento ficou marcado pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, também será nesse período que serão geradas praticamente todas as leis do Trabalho que irão fazer parte da CLT, criada em 1943. O novo modelo de sindicato oficial, que terá o reconhecimento do Estado, porém, estará sobre sua tutela, será difundido nesse momento pelo Ministério do Trabalho.

Porém, dentro desse contexto não podemos deixar de ressaltar, que uma parcela significativa dos trabalhadores não estava disposta a aceitar a tutela do poder público, como nos afirmar Mattos (2003):

[...] uma parcela expressiva do setor organizado da classe trabalhadora não parecia disposta a trocar suas tradicionais entidades de classe

³ Idem, pp. 11-12.

pelos sindicatos oficiais controlados pelo MTIC, exceção feita para os que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato, ou para os setores sem qualquer tradição sindical.⁴

A denúncia contra a lei de sindicalização, que obrigava os trabalhadores a se ligarem a sindicatos “pelegos”, era feita por anarquistas e comunistas que ressaltavam o caráter fascista e controlador dessa legislação. A partir de 1934, com a possibilidade de participação política na Assembleia Nacional Constituinte, muitos sindicalistas combativos buscaram a sindicalização estratégica, pois, assim poderiam lutar por uma legislação mais justa.

Com a Constituição de 1934 ocorreu um curto período de normalidade institucional, que seguiu até o segundo semestre de 1935. Nesse momento aconteceram várias mobilizações sindicais, com crescimento do número de greves e o engajamento dos trabalhadores organizados na luta pela democratização do país, representados pela ANL.

Com o levante da ANL, a Intentona Comunista, o governo de Vargas decretou a Lei de Segurança Nacional, denominada pelos sindicalistas de “Lei Monstro”, que instalou o estado de exceção, ao criar mecanismos e tribunais especiais para presos políticos. Com essa lei procurou-se eliminar as lideranças mais radicais do movimento operário, através da cassação de direitos, prisão e eliminação física. Esse fato possibilitou a desmobilização do movimento sindical nos anos posteriores.

Como afirmar Mattos (2003) com relação à desmobilização da classe operária:

Entre 1935 (portanto antes mesmo do golpe de 1937) e 1942 viveu-se uma fase de completa desmobilização sindical. Dirigentes totalmente submissos às orientações do Ministério do Trabalho foram elevados à direção dos sindicatos, não houve greves por categorias e a participação das bases nas atividades sindicais reduziu-se a quase nada.⁵

⁴ Ibidem, p. 13.

⁵ Ibidem, pp. 18-19.

Com a instalação da ditadura do Estado Novo (1937), acompanhada de uma Constituição de origem fascista, foi retomado o modelo de sindicato único, que havia sido modificado a partir da Constituição de 1934. A Lei Orgânica da Sindicalização Profissional, decretada em 1939, trazia de forma bem explícita seu objetivo de controle dos sindicatos.

Com a entrada no Brasil na guerra e o crescimento das oposições contra a ditadura do Estado Novo, forjou-se o discurso trabalhista que procurava ressaltar a ideia de que o Estado e Vargas eram os protetores dos trabalhadores. Nesse contexto, a legislação social varguista era destacada como uma concessão aos trabalhadores, ou seja, uma antecipação do Estado às pressões sociais. É importante ressaltarmos que durante a guerra a CLT não foi colocada em prática, ou seja, se tornou letra morta, pois as explorações, as péssimas condições de trabalho e o desrespeito à legislação continuaram.

Com o fim da guerra cai também o Estado Novo, porém, durante os anos que se estenderam de 1945 a 1964, a estrutura sindical da Era Vargas foi mantida. Em 1945 Vargas, antes de ser deposto, promoveu várias reformas na ditadura, como o reconhecimento de vários partidos inclusive o PCB, que obteve ótimo desempenho nas eleições de 1945, sendo o terceiro colocado na disputa presidencial com 10% dos votos. Nas cidades operárias importantes como Santos o PCB conseguiu 42% dos votos. Elegeram para Assembleia Nacional Constituinte 15 deputados, sendo 9 operários.

Em Manaus de acordo com Peres (2002), o PCB também teve seu espaço apoiado na vitória soviética sobre a Alemanha nazista durante a II grande guerra e a imagem de herói e mártir que cercava seu líder Luiz Carlos Prestes. Porém, no Amazonas o PCB não conseguiu eleger um único representante apesar;

[...] da vibrante campanha liderada por Ivan Ribeiro, filho de Ribeiro Junior, candidato a Câmara Federal. Seu dirigente maior era o jornalista Aldo Moraes, também diretor do jornal oficial do Partido, “A Luta”, na verdade um boletim semanário mimeografado. Eram filiadas, também, expressivas figuras da comunidade, tais como advogados, médicos, professores e

intelectuais, tudo indicando que o Partido cresceria ainda mais apesar do fracasso nas urnas. [...]⁶

Dentro desse quadro de redemocratização foram criados novos sindicatos e as lideranças do PCB criaram em abril de 1945, o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT). O MUT tinha como uma de suas propostas a criação de organizações intersindicais e seus membros estimularam a prática de criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho. Essas comissões tiveram um papel de destaque na deflagração de movimentos grevista durante esse período.

Segundo Negro e Silva (2003) o MUT propunha uma política de alianças, apesar disso foi alvo de forte repressão policial e foi responsabilizado pela radicalização do movimento operário, isso por que;

[...] embora içasse sua bandeira em favor do colaboracionismo e definisse a greve como último recurso, o MUT não deixou de apoiar reivindicações, representando os trabalhadores nas mesas de negociações, incentivando a organização da classe operária e lançando-se intensamente na propaganda política [...].⁷

Em 1946, realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso Sindical dos Trabalhadores, onde os comunistas e militantes ligados ao PTB defenderam maior autonomia dos sindicatos. Durante esse Congresso foi criada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que passou a adotar uma linha de defesa da autonomia dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho, porém, evitando uma ruptura total com a CLT. Foram tratados os seguintes temas no Congresso: estabilidade, direito de greve, participação nos lucros, segurança no trabalho, trabalho da mulher e do menor, seguro social, delegados sindicais e organizações intersindicais regionais.⁸

⁶ PERES, Jefferson. *Op. cit.* p. 94.

⁷ SILVA, F. T. da.; NEGRO, A. L. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”. In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.55.

⁸ *Ibidem*, p. 28.

Com a radicalização do movimento operário já no final da era Vargas e no início da redemocratização do país, gerou reações repressivas das elites industriais e do poder público. Foram registradas 77 paralisações nos três primeiros meses de 1946, ano que o General Dutra tomou posse na Presidência. A repressão ao movimento operário teve início com o fechamento do PCB, em maio de 1947, que se seguiu com o fechamento da CTB e das uniões sindicais estaduais pelo governo Dutra.

Dentro desse processo de radicalização do movimento dos trabalhadores podemos destacar em Manaus a ameaça de greve dos funcionários da empresa de energia elétrica e de transporte coletivo “Manaus Tramways” que buscavam melhorias de salários. Conforme o jornal Diário da Tarde de 03 de janeiro de 1946:

Temos seguras informações de que rebentará uma greve geral dos trabalhadores da Manaus Tramways, as primeiras horas de amanhã, no caso de não vir, de Londres, uma resposta satisfatória no tocante de uma melhoria de salários pleiteada pelos operários daquela empresa, de acordo com o entendimento havidos, anteriormente, entre o sr. Interventor Federal, o dr. Chefe de Polícia e a superintendência da empresa [...] a parede dos trabalhadores da Manaus Tramways devia ter rebentado hoje, pela amanhã, assim não acontecendo em virtude dos esforços conciliatórios desenvolvidos pelo dr. Chefe de Polícia [...] quando seria transmitido um radiograma à direção geral da empresa, na capital britânica, fazendo-lhe ver necessidade de ser solucionada a questão, o quanto antes. A resposta como dissemos, estaria sendo esperada até às 18 horas de hoje, e, caso não seja satisfatória aos trabalhadores, os mesmos se declararão em greve pacífica, a partir das primeiras horas de amanhã, até dia indeterminado.

Outro movimento grevista chama atenção da mídia local em 1946. Os tripulantes do “Navio Tupi” se organizaram para exigir aumento salarial. Segundo o jornal “Diário da Tarde”:

[...] ontem verificou-se uma greve pacífica por parte da tripulação do Navio Tupi, da frota da SNAPP, que se recusou a assinar o rol da equipagem daquela embarcação, que tem sua partida marcada, para hoje, às 17 horas, para suas viagens aos rios Juruá e Taravacá,

Os grevistas, que ontem não trabalharam, assim procederam porque não lhes foi concedido o aumento de 50% de salários, recentemente decretado pelo Sr. Presidente da República e já em uso em outras empresas de navegação.

A delegacia local da SNAPP pretende guarnecer o “TUPI” com elementos das tripulações da “INCA” e de outro navio daquela organização de navegação fluvial, fato que não será levado a termo, segundo nos informaram, por serem aqueles marítimos solidários com seus colegas em greve.⁹

Outra greve importante ocorrida em Manaus na década de 40 foi a dos trabalhadores do serviço rodoviário. O interessante dessa greve é o modo como a mídia local a retratou-a no jornal. No início do que se chamou guerra fria, já podemos perceber a tendência da elite jornalística da cidade em apoiar a ideologia capitalista, pois notamos a tentativa de desqualificação do movimento dos trabalhadores, algo comum na mídia nacional nesse período.

Segundo “O Jornal”, em matéria de capa, trouxe a seguinte notícia - *“Os comunistas tramaram uma greve para ontem entre os operários do serviço rodoviário em homenagem a Carlos Prestes, que estava aniversariando, preso três vermelhos ação rápida da polícia e do exército”*, com a seguinte visão sobre o movimento dos trabalhadores:

Para comemorar o aniversário natalício do Sr. Luiz Carlos Prestes, todos os seus satélites, não tem descanso, no sentido de que o Brasil se veja abalado, na sua ordem, através de greves e outros tantos movimentos cujo escopo, não é realmente, como afirmam, uma reivindicação, e sim uma tentativa de subversão do regime e de desrespeito as autoridades constituídas.

No Amazonas, graças ao trabalho pronto de nossa Polícia Civil, juntamente com a guarnição Federal os vermelhos não lograram êxito, na consecução do programa que elaboraram, para festejar, como do seu desejo a maior data para o extinto partido russo no Brasil. [...] ¹⁰

Como podemos analisar na matéria acima, a visão desqualificadora sobre o movimento dos trabalhadores e de suas reivindicações por melhorias nas condições de trabalho, vida e salarial e, principalmente, sobre a atuação dos comunistas dentro do movimento estão presentes e são ratificadas. Percebe-se que a reportagem deixa claro o principal motivo da realização da paralisação dos trabalhadores rodoviários, é a

⁹ Diário da Tarde, ano X, n.º 3.199, quarta-feira, 06 de março de 1946, segunda página.

¹⁰ O Jornal, ano XVIII, n.º 7.404, terça-feira, 04 de Janeiro de 1949, primeira página.

comemoração pela passagem do aniversário do “Cavaleiro da Esperança”, ou seja, não há nenhum interesse por parte dos comunistas em lutar pelo trabalhador apenas causar desordem. Em suma, a reportagem não leva em consideração os verdadeiros motivos do movimento.

Sobre a radicalização em todo o país do movimento operário durante os anos 40 a coluna “Ecos” do Jornal Diário da Tarde de 09 de Março de 1946, afirmar:

Chegaram de diversos pontos do país notícias de greves, dissídios coletivos, desentendimentos entre patrões e empregados. São aspectos e problemas de questões sociais, hoje colocados no seio dos povos e dos Estados, com a mesma intensidade com que sempre se colocaram as questões políticas.

Tantas greves ao mesmo tempo, e em tão diversos lugares, simultaneamente, representam para muitas pessoas, motivos de inquietação parecendo-lhes que se trata de um fenômeno anormal é alarmante, prenunciador de uma subversão social. Seria, assim, com efeito se não houvesse alguma causa explicativo de caráter extraordinário.

Há um mal estar generalizado no país, uma insatisfação as vezes indeterminada, mas persistente, e isto constitui parte da herança da ditadura que não só deixou todos os problemas nacionais sem solução como os abafava e sufocava com o seu policialismo. Aconteceu, no terreno das questões sociais, o que acontecia geralmente em todos os departamentos da vida nacional. Nem os empregados, nem os patrões podiam expor e debater publicamente os seus interesses. O Estado Novo tudo resolvia de acordo com suas conveniências indiscutíveis. É porque impunha o silêncio, ficava talvez com a impressão de que encontrara soluções satisfatórias.

Extinta a ditadura, porém, houve como que o desmantelamento de uma represa. Todas as reivindicações, todas as insatisfações – justas umas, exageradas ou improcedentes outras – irromperam com sofreguidão e certa impetuosidade. Todos clamam em toda a parte e ao mesmo tempo, provocando tumultos e prejuízos, porque durante muitos anos estavam igualmente todos sufocados pelo silêncio.¹¹

Devido à repressão durante o governo Dutra e em parte também ao posicionamento da direção do PCB que buscava uma política de união com as forças que derrotaram o fascismo e no mundo e no Brasil, ou seja, evitar os movimentos grevistas houve certo refluxo do movimento operário ocorrendo nos anos seguintes do governo de

¹¹ Diário da Tarde, ano X, n.º 3.202, sábado, 09 de março de 1946, terceira página.

Dutra poucas greves. Porém, em 1951, durante o segundo governo Vargas, os movimentos grevistas voltaram à tona em consequência ao forte arrocho salarial deixado pelo governo anterior.

Durante seu segundo governo Vargas procurou destacar que iria dá continuidade à política social adotada durante seu primeiro governo. Para isso, buscou o apoio dos trabalhadores, porém a época era outra, tanto o movimento operário como as forças de oposição a Vargas aumentaram sua pressão contra o governo, dando um sinal de que o discurso trabalhista tradicional deveria se radicalizar na sua ligação com as organizações trabalhadoras.

Segundo estimativas da época foram realizadas durante o período de 1951 a 1952 cerca de 437 greves de quase todas as categorias de trabalhadores. Em 1953, em São Paulo, ocorreu a chamada greve dos 300 mil, que representou um marco na retomada das mobilizações dos trabalhadores no Brasil após o período de declínio durante o governo de Dutra.

Em Manaus no ano de 1953, podemos citar o movimento dos Trabalhadores da Indústria na Construção Civil contra o aumento da passagem de ônibus anunciada pelas Empresas de Transporte da cidade. Conforme matéria de capa do Jornal Diário da Tarde de quinta-feira 15 de outubro de 1953, intitulada *“Protestam os trabalhadores contra a pretensão dos proprietários de ônibus – O energético pronunciamento dos membros do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil em Manaus”*, que traz a cópia do memorial enviado ao Governador do Estado do Amazonas se queixando do aumento da passagem:

Os diretores e associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Manaus endereçaram ao sr. Álvaro Maia, o seguinte memorial:

Exmo. Sns. Dr. Governador do Estado do Amazonas.

Na qualidade de dirigentes e associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Manaus, dirigimo-nos a V. Excia. para expressar o nosso mais indignado protesto contra a audaciosa intenção dos proprietários de ônibus de aumentar o preço das passagens nesse transporte coletivo.

Essa majoração, absurda sob todos os títulos, vem agravar sensivelmente a vida econômica do povo, já por ai tão combatida com a incessante política de inflação.

É preciso acentuar que uma vasta parcela do povo, a que habita os subúrbios e constitui a massa trabalhadora, já não suporta qualquer novo aumento nos preços das utilidades e dos transportes, uma vez que seus salários são cada vez mais salários de fome. Pois bem, é o povo trabalhador, maioria absoluta da população, que forma a grande massa humana, que se movimenta diariamente na luta pelo ganha-pão, não podendo, na atualidade, prescindir dos ônibus e muito menos ser vítima de novas sangrias em seus orçamentos.

Temos lido na imprensa que V. Excia. já repeliu diversas vezes as invertidas dos proprietários de ônibus, não se deixando capitular diante das constantes ameaças de paralização dos referidos veículos.

Precisamente agora esses tubarões voltam à carga, dispostos inclusive à “parede”.

Comunicamos-lhe que estamos solidários com as medidas que foram adotadas por V. Excia. no sentido de frustrar os negros propósitos dos que pleiteiam nova majoração de preços nas passagens dos ônibus. Se V. Excia. curvar-se face às exigências de que deixa a população entregue à sua própria sorte, nós, os trabalhadores do Amazonas, seremos obrigados a admitir que V. Excia. decepcionou a nossa confiança, tendo em vista que V. Excia. é o principal responsável na solução desse assunto.

Atenciosas saudações

Manaus, 15 de Outubro de 1953¹²

Dentro desse contexto de reivindicações realizadas pelos trabalhadores do país foi criada, em São Paulo, uma entidade intersindical o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que chegou a congregar 100 entidades sindicais. No Rio de Janeiro foi criada a Comissão Interdisciplinar Contra a Assiduidade Integral (Ciscai), que no início contava com a participação de 30 sindicatos.

Com relação à atuação e as alianças dos sindicatos logo após a greve dos 300mil, afirma Negro e Silva (2003) ao abordarem a atuação dessas entidades de reivindicações do trabalhador:

¹² Diário da Tarde, ano XVII, n.º 5.447, Manaus, quinta-feira, 15 de Outubro de 1953, primeira página.

[...], o PUI reativou a aliança entre nacionalistas do PTB e militantes sindicais do PCB, assim como acolheu lideranças sindicais janistas e ademaristas. Não repudiavam o varguismo, iam ao encontro dos braços do povo (tanto nos bairros operários quanto na longínqua periferia), não discriminavam os migrantes nordestinos, exaltavam a outorga da legislação trabalhista e faziam acordos com os comunistas. Fracionado pelo facciosismo, o PUI foi dissolvido em 1959, dando lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST).¹³

Durante a fase crítica do governo de Vargas que o levou ao suicídio, apesar do aumento do salário mínimo paliativo e a ênfase ao apelo às massas do discurso trabalhista, o governo não conseguiu ter base popular como pretendia Getúlio Vargas. Porém não devemos esquecer que o suicídio garantiu mais dez anos de democracia para o país.

Outra grande greve que marcou a atuação do PUI durante o período da democracia populista foi à greve dos 400 mil, que foi considerada o auge do processo de retomada das reivindicações pelos trabalhadores. Essa greve deixou clara a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o contexto político da época.

Durante o governo JK devido ao ar de relativa liberdade o movimento sindical teve seu momento de maior mobilização conhecida até então. É nessa fase que a economia brasileira sofre mudanças profundas, a abertura ao capital estrangeiro causou um incremento na produção de bens de consumo duráveis, com destaque para a indústria automobilística. Também nesse período as perdas salariais serão altíssimas, devido à inflação que não parava de crescer, dentro desse quadro o movimento sindical ganhou força.

Conforme nos afirmar Mattos (2003) ao se referir ao crescimento da atuação dos sindicatos durante o governo JK:

¹³ Ibidem, p. 71.

[..] Vários são os índices dessa ascensão: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país; e constituição de organismos intersindicais, entre outros exemplos. Do ponto de vista quantitativo, duas boas medidas do crescimento da importância do sindicalismo são os dados sobre o número de sindicatos criados e o percentual de trabalhadores sindicalizados.¹⁴

Durante os outros governos a atuação tanto no campo das reivindicações quanto no cenário político dos trabalhadores cresceu ainda mais, principalmente, durante o governo de Jango, pois sua carreira política era marcada pela proximidade com as lideranças sindicais do PTB, que no contexto político já era a segunda força do Congresso Nacional, e seus aliados. Foi durante o governo de Jango que houve mais espaço político para as discussões das propostas do sindicalismo.

Com a radicalização política em 1964, as lideranças sindicais apoiaram o governo de Jango com o intuito de acelerar a aprovação das “Reformas de Base”. Nesse momento o golpe já era bem perceptível, o CGT articulou várias estratégias de resistência ao movimento militar para derrubada de Jango.

Quando os primeiros passos para o golpe foram dados a CGT convocou greve geral. A greve ocorreu em algumas cidades, como Santos e Rio de Janeiro, porém, a ordem para a resistência ao golpe não foi dada pelo presidente, apesar de haver uma articulação entre alguns grupamentos da Forças Armadas e os sindicatos.

Como exemplo desse contexto de greves de trabalhadores em todo o Brasil pré-golpe civil militar em 1964 e da repressão realizadas pelos patrões contra os grevistas, podemos citar o caso da greve dos Telegrafistas em todo Brasil. Confirme matéria do Jornal do Comércio de 21 de Março de 1964:

[...] o assunto foi debatido amplamente e os membros da Associação resolveram por unanimidade deflagrar greve geral em solidariedade aos seus colegas sulinos.

¹⁴ Ibidem, p. 38-39.

Assim a <RADIONAL> local, com seus funcionários em greve, está com suas atividades paralisadas, somente quando forem readmitidos os seus colegas exonerados da <RADIONAL> e da <ALL AMERICAS>. ¹⁵

Como podemos verificar na matéria do Jornal do Comércio, aquele pensamento do senso comum, que afirma que Manaus fica longe das notícias do Brasil, vem por terra. As greves dos trabalhadores estavam ocorrendo em todo país e lógico que a repressão por parte do empresariado foi imediata, em contrapartida os trabalhadores utilizavam as armas que tinham para pressionar o Governo e as elites por melhorias salariais e melhores condições de trabalho.

Em suma, quando houve a radicalização da proposta de reforma e encontra partida a reação das elites conservadoras, o movimento sindicalista mostrou seus limites, pois os segmentos da elite que propuseram as reformas não eram capazes de liderar uma resistência armada nem mesmo a direção sindical. Para por fim ao movimento a ditadura militar utilizou-se da legislação sindical para reprimir e acabar o movimento. É dentro dessa problemática que podemos ressaltar a importância do resgate histórico das condições de trabalho e das lutas e reivindicações dos trabalhadores urbanos de Manaus, do período da “estagnação econômica” da Amazônia, onde os trabalhadores criaram várias formas de sobrevivência em condições de vida desfavoráveis.

2 – As Tipologias de Trabalhadores Urbanos em Manaus (1945-1967):

Durante o período da chamada “estagnação econômica” da região Amazônica, a situação da classe trabalhadora não era muito diferente, como nos afirmar Peres (2002) ao se referir à organização do trabalhador urbano em Manaus:

Quanto ao proletariado, era um conjunto amorfo, disperso em pequenas fábricas e oficinas ou subempregos em mil e uma atividades, sem consciência

¹⁵ Jornal do Comércio de sábado, 21 de Março de 1964. Ano LX, número: 18.368, p.6.

de classe e sem organização sindical, desprovido das mínimas condições para fazer ouvir como grupo reivindicante.¹⁶

A tipologia de trabalhadores urbanos na Manaus da “estagnação econômica” era bem ampla, segundo Peres (2002), havia na cidade inúmeros trabalhadores que praticavam os mais diversos tipos de subempregos, conforme ele:

Naquele tempo já havia, também, o que os economistas e sociólogos chamam hoje de subempregos. Impossível qualificá-lo, mesmo por estimativas, pois não se faziam pesquisas nem levantamentos estatísticos, mas uma boa parte da população era constituída de empregados e autônomos, que viviam à margem da legislação trabalhista e previdenciária. Entre eles eu incluiria, numa classificação sem rigor técnico, um número incontável de pequenos comerciantes, que viviam do seu trabalho estafante e muitas vezes terminavam a vida miseravelmente [...].¹⁷

Podemos ainda destacar nesse período em Manaus como profissões ligadas às camadas mais populares da cidade as seguintes categorias de trabalhadores; empregadas domésticas, as cozinheiras, como já foi destacado, os vendedores ambulantes (os geleiros, garapeiros, os piruliteiros, vendedores de puxa-puxa e doceiros), entregadores, carreteiros, carvoeiros, os estivadores do porto, entregadores de pães, carroceiros, as parteiras que exerciam um papel fundamental em uma cidade com poucos médicos, fazendo o pré-natal e neonatal.

Entre essas inúmeras profissões Peres (2002) destaca o papel das empregadas domésticas, segundo ele:

De todas as categorias profissionais, a mais desamparada, creio, era as empregadas domésticas. Elas não eram apenas os anjos noturnos que dessedentavam a rapaziada. Aqueles eram os momentos de liberdade, ao fim de um dia de trabalho duro e, as vezes, penoso. Porque a verdade é que elas viviam, virtualmente, num regime de semi-servidão. Pouquíssimas eram remuneradas. Apenas as famílias mais ricas admitiam empregadas pagas, com direitos e deveres definidos [...] Mas na quase totalidade das famílias de classe média, o comum eram as *crias de casa*, que trabalhavam sem remuneração, em troca de teto, roupa e comida. Raras as casas que não possuíam dois ou até

¹⁶ PERES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi e sonhei*. 2ª ed. Manaus: Valer Editora, 2002, p. 23.

¹⁷ PERES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi e sonhei*. 2ª ed. Manaus: Valer Editora, 2002, p. 205.

três empregados desse tipo, incluindo uma cozinheira, uma babá e um menino de recados. [...].¹⁸

O jornal o Diário da Tarde do dia 02/01/1946 traz um artigo sobre o estudo realizado pela Delegacia do Trabalho em Manaus onde há dados referentes a 30 de julho de 1945. Esse artigo mostra um pouco da estrutura comercial e industrial da cidade:

[...] verifica-se que existem em Manaus 887 empresas, sendo 603 comerciais, 237 industriais e 47 mistas; mas apenas mantêm empregados 339 estabelecimentos comerciais, 204 industriais e 43 mistas, por onde se vê que quase cinquenta por cento das firmas comerciais não tem outra utilidade que não a de pagar um minúsculo imposto e contribuir, como intermediários para encarecer um pouco a vida.

Com relação ao número de trabalhadores empregados e suas nacionalidades na cidade a pesquisa da Delegacia do Trabalho de Manaus nos informa:

Há em Manaus com as exclusões acima apontados, 6.403 empregados, dos quais 6.183 são brasileiros e equiparados a 215 estrangeiros. A indústria ocupa maior número de trabalhadores, pois congrega 4.081 assalariados, enquanto o comércio agrupa 1.870 auxiliares e as atividades mista 452. O comércio emprega 99 estrangeiros a indústria 89 e as empresas mistas 27.

Como podemos perceber nos anos 40, Manaus possuía, apesar de pequena, como lembram os memorialistas, uma estrutura significativa de empresas e de trabalhadores assalariados para as proporções urbanas e demográficas que tinha a cidade.

Com relação às habitações desses trabalhadores em Manaus nesse período Peres (2002), destaca o número elevado de estâncias que eram ocupadas por famílias numerosas que viviam em promiscuidade, com banheiros coletivos, separadas por tabiques que não permitiam nenhum tipo de privacidade. Nas áreas da periferia não havia ruas calçadas, até mesmos as avenidas principais como Boulevard Amazonas e a Carvalho Leal eram todas esburacadas com as casas e madeira e poucas de alvenaria cobertas com telha de barro e zinco. Neste mesmo período André Araújo afirmar que 60% das moradias de

¹⁸ Ibidem, pp. 205-206.

Manaus eram de Taipa nua, coberta de zinco ou de palha, de chão batido, localizadas em áreas insalubres próximas aos igarapés e sem infraestrutura.

Embora neste momento o crescimento da cidade não fosse significativo, os problemas habitacionais, como podem perceber, foram aumentando com a ocupação de áreas de igarapés, aumento das estâncias e de moradias precárias na parte central da cidade.

O jornal A Crítica do dia 14 de dezembro de 1953 traz a seguinte reportagem:

Raro não se vê em Manaus, a estância ou vila alojando quase sempre uma dezena de humildes famílias. Esses pequenos desconfortáveis casebres em que pese os esforços dos inquilinos em melhorá-los em tudo não oferecem o menor conforto e a promiscuidade domina pressurosamente (...). Manaus está cheia de estâncias. Fervilham em várias ruas da cidade, alastrando-se por todos os pedaços de artérias. A atual Avenida Presidente Vargas (ex- 13 de Maio) está ainda repleta de estâncias, mas observa-se que há construções modernas e de estética avançada (...). A existência em números alarmantes de cortiços atenta contra uma administração assim como denota grau de desajustamento de um povo.¹⁹

Como podemos observar tanto os memorialistas como os jornais da época reafirmam às críticas realizadas a estrutura urbana e habitacional da cidade. Agora o discurso do “moderno” dá lugar ao “atrasado” e “arcaico”.

Com relação a essa ocupação desordenada do espaço urbano de Manaus, Oliveira (2003) ainda afirma que:

Do ponto de vista da espacialidade urbana, pode ser identificado a ampliação da malha urbana como resultado da necessidade de criar as condições para a circulação. Essa ação foi concretizada com a construção de pontes, arruamentos nos bairros, sendo, entretanto, marcada pela improvisação que visava à resolução de problemas pontuais, não se identificando em nenhum momento a formulação de um projeto urbano.²⁰

¹⁹ Apud em OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 – 1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado/EDUA, 2003, p. 79.

²⁰ Idem, p. 64.

O espaço urbano propicia ao trabalhador várias formas de sobrevivência. Como afirmar Moraes:

[...] Morar, viver e trabalhar torna-se nela possível. As ruas os parques, os parques, as portas, as praças, as laterais, os subterrâneos, os estacionamentos, os bairros, o centro e os arredores propicia a muitos trabalhadores o que as fábricas, as construções, as lojas e outros empreendimentos urbanos sugeriram em momentos de expansão física: a possibilidade de “ganhar” a vida.²¹

O memorialista Thiago de Mello, apesar de reconhecer e admirar a beleza arquitetônica europeia presente em todo o centro de Manaus, resultante do período áureo da borracha, ao tratar da arquitetura da cidade, exalta a beleza da legítima arquitetura amazonense que segundo ele nasceu da sabedoria da cultura popular. Conforme Mello (2004), a verdadeira arquitetura amazonense estava “*nos bairros, na periferia da cidade que espalha nos barracos de beira de igarapés (...) casas autenticamente amazonenses.*”

22

Segundo Mello (2004), essas moradias foram feitas para atender:

[...] feitas para atender as exigências estéticas intuitivas, mas também para que sirvam da melhor maneira as suas funções de moradia humana, de gente que tem um determinado jeito de viver, ainda que mal versados em matéria teórica de ecologia. São casas simples, quase singelas. Na maioria de madeira, chão de itauba ou sucupira. Portas e janelas admiravelmente bem dispostas, muitas preferindo o frontão só de janelas, deixando lugar adequado para a porta lateral, que se abre sem trancas para as vastas varandas [...].²³

A questão da moradia para as camadas populares sempre representou para o poder público uma problemática a ser resolvida. Durante a década de 40 e 50 foram construídos alguns conjuntos habitacionais para atender os funcionários públicos que tinham apadrinhamento político do grupo que estava no poder. Para as camadas mais humildes

²¹ MORAIS, Sérgio Paulo. Trabalho e Cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia (1970-2000). Dissertação de Mestrado, p. 15.

²² MELLO, Thiago de. *Manaus: amor e memória*. Manaus: Editora Valer, 2004, p. 95.

²³ Idem, *ibidem*.

eram distribuídos materiais de construção, dentro do contexto do populismo e clientelismo que marcou os governos do período da chamada democracia populista no Brasil.

É dentro desse contexto que a análise desse momento histórico de nossa cidade tornar-se relevante para o resgate da luta dos trabalhadores urbanos na cidade de Manaus durante o período da chamada “estagnação econômica” da cidade e da região. É dentro dessa problemática que destacamos a opção pelo recorte cronológico do período estudado, os meados dos anos 40 até meados dos anos 60, ou seja, o período que se estende de 1945 a 1967.

Fontes do Período:

Jornais do Período e Estatutos dos Sindicatos

Os memorialistas:

ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas, fachadas e varandas*. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

MELLO, Thiago de. *Manaus: amor e memória*. Manaus: Editora Valer, 2004.

PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi e sonhei*. 2ª ed., Manaus: Editora Valer, 2002.

Obs.: Outra fonte desse período são os jornais da época, temos nessa fase os seguintes jornais em circulação na cidade: O jornal, A Gazeta, Folha do Povo, O Diário da Tarde, A Crítica, A Tarde e o Jornal do Comércio. Havia outros jornais em circulação na cidade, porém, durante um período muito curto, entre 1 a 2 anos no máximo. Nesses jornais citados escolhemos o Jornal da Tarde, que circulou na cidade no período que se estendeu de 1937 a 1975, para iniciarmos a coleta de dados sobre a Manaus dos “deserdados da Borracha”.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Editora Valer, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e política sociais.” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do*

nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia.” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003, volume 3.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *A Dinâmica da Economia Amazonense no Período 1950-1990*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado na PUC-SP, 1994.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

HÄHNER, June E. *Pobreza e Política: Os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920*. Brasília: EDUNB, 1993.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Da Revolução Industrial ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1983.

_____. *O Mundo do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Uma História do Brasil República*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, Coleção Descobrimos o Brasil.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Industrialização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MORAIS, Sérgio Paulo. *Trajetórias e Vivências de Carroceiros na Cidade de Uberlândia (1970-2000)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado PUC-SP.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964).” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos 1930: as incertezas do regime.” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 50: populismo e metas desenvolvimentista no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000.